

A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A CONDUTA DO ESTADO BRASILEIRO NA POLÍTICA AGRÁRIA

Jackson Rayron Monteiro

Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Campus Pau dos Ferros.

jackjones2013@bol.com.br

Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho

Professor orientador

mhcfilho@yahoo.com.br

GT 01: DINÂMICA URBANO-REGIONAL

Resumo:

O debate sobre Reforma Agrária no Brasil só toma corpo na segunda metade do século XX. Tal problemática conta com o apoio de movimentos de massa como as Ligas Camponesas do Nordeste que, insatisfeitas com a má distribuição de terra e com as miseráveis condições de vida, buscam de forma subversiva atrair a atenção do Estado para as questões estruturais da sociedade. Todavia, a discussão sobre a má distribuição de renda num organismo social, atravessa eras passadas que se configuram como formas de propriedade. Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar o desenvolvimento da discussão sobre reforma agrária no Brasil evidenciando os rebatimentos desta no que se refere a estrutura fundiária e as condições de reprodução social. Tomando por base os textos de Marx foi feita uma análise dialético-histórica sobre essas formas de configuração social que tendem a evoluir de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. A conclusão imediata que se tem sobre essas análises é que: com o advento do capitalismo a concentração da estrutura fundiária ganha forças nunca vistas, tendência essa que tende a se perpetuar por todo o globo incluindo o Novo-Mundo. Outro enfoque que foi dado ao presente trabalho foi sobre o papel do Estado no seio da discussão agrária principalmente no que se refere ao seu posicionamento enquanto organizador social. Sobre as condições de reprodução social, o presente artigo apresenta perfunctoriamente como estas se encontram no interior da classe formada pelos trabalhadores sem-terra esboçando aspectos sobre a sua melhoria ou degradação.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Estado; Assentamento.

01 Introdução

A má distribuição dos fatores de produção numa sociedade parece ter sua gênese bem antes da introdução do modo de produção capitalista à medida que os outros modos de produção precedentes sempre possuíram no seu âmago um caráter concentrador. Na sua síntese histórico-dialética sobre o desenvolvimento das formas de propriedade, o filósofo alemão Karl Marx já

(83) 3322.3222

contato@erespp.com.br

www.erespp.com.br

observa que na fase posterior a propriedade tribal a concentração dos fatores de produção só tende a aumentar, sendo o trabalho - juntamente com a terra - um dos primeiros fatores que passam a compor a propriedade privada comunitária sob a forma de trabalho escravo: é a forma escravista da propriedade.

Sem embargo, toda essa dialética das formas de propriedade – apesar de concentradoras – significam um avanço na configuração estrutural da sociedade, pois é a partir dessas conjunturas que passam a se formar no corpo social um aparato político-dirigente capaz de tomar decisões de planejamento e de organização coletiva. A esse corpo de organização social dá-se o nome de Estado, ser que, apesar de pertencer à uma ordem abstrata, está presente em todo o proceder de uma nação seja nos aspectos políticos ou econômicos. É também a partir dessa primeira privatização do ser humano como escravo que se inicia o processo de contradições e conflitos entre interesses diversos, sendo o principal deles o que se materializa entre o campo e a cidade. Outro confronto que se desenvolve no seio do escravismo é o que se observa entre os setores que se responsabilizam pela circulação do excedente econômico, sendo tais organismos o comércio marítimo e o comércio industrial. Infere-se a partir de tais afirmações que o aparato público na forma de Estado, em pleno exercício, é quem deve procurar propostas pragmáticas para a resolução dos problemas que envolvem os principais atores da sociedade.

Foram fundamentadas por essas condições políticas, sociais e econômicas que se desenvolveram civilizações que ganharam eminente significado histórico como o Egito e a Roma Antiga, por exemplo. Até hoje as práxis dessas civilizações são investigadas e retratadas principalmente pelas artes cinematográfica e plástica sendo que são a partir dessas manifestações artísticas que se obtêm uma perspectiva de caráter bruxuleante sobre como funcionavam as distintas relações entre os indivíduos em uma época infinitamente anterior à geração presente.

Na sua obra conjunta com o filósofo Friedrich Engels intitulada “A Ideologia Alemã” Marx faz a seguinte análise sobre as afirmações supracitadas:

Ao lado da propriedade comunitária desenvolve-se a propriedade privada móvel e, mais tarde, a imóvel, que se desenvolve como uma forma anormal e subordinada à propriedade comunitária. Apenas em coletividade os cidadãos exercem o seu poder sobre os escravos que trabalham para eles, estando, por isso, ligados à forma de propriedade comunitária. É a propriedade privada comum dos cidadãos que os obrigam a conservar esta forma natural de associação. Assim, toda a estrutura social que nela se baseia, e com ela o poder do povo, decai, à medida que se desenvolve, principalmente, a propriedade privada imobiliária. A divisão do trabalho está mais desenvolvida. Encontramos já a oposição entre cidade e

campo, e mais tarde a oposição entre Estados que representam os interesses do campo e os que representam os interesses da cidade. Mesmo no interior das cidades encontramos oposição entre o comércio marítimo e a indústria. As relações de classe entre cidadãos e escravos atingem seu maior desenvolvimento (MARX, 2005, p. 20-21).

Ao tratar do feudalismo - forma de propriedade posterior ao escravismo - Marx faz uma análise sobre a configuração da estrutura fundiária que se consubstanciou no período das conquistas dos bárbaros que culminou na depreciação do Império Romano. É nesse período que a concentração fundiária passa se solidificar junto com o desaparecimento do antigo escravo e trazendo no seu bojo uma nova classe de produtores diretos: os camponeses (Marx, 2005). Em tal estrutura econômico-social o Estado se encontra em mãos de monarcas que detêm o poder sobre os servos. Nesse período monarca o Estado governado à mão-de-ferro é predominante como bem elencou um rei do século XVII Luíz XIV "L'État c'est moi" ou "O Estado sou eu". Fundamenta-se assim que no feudalismo o Estado estava a serviço da classe dominadora: a monarquia.

O interessante é notar que os camponeses detinham uma parcela da estrutura fundiária que servia para a extração dos meios de subsistência destinados a sua reprodução enquanto ser e enquanto classe - o que se entende como reprodução social. No entanto, com o advento do modo de produção capitalista a expulsão dos camponeses de suas terras se torna imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas do capital e para a formação de um fundamento mister para uma acumulação inicial, que Marx denomina de "Processo de Acumulação Primitiva". Nesse contexto histórico a classe trabalhadora direta, o camponês, se encontra por inteiro desprovido de meios de produção capazes de o reproduzir socialmente. É aí que ocorre, principalmente nos territórios da Europa Ocidental, a expropriação da propriedade do trabalhador: a separação entre o trabalhador e o seu fator de produção que culmina na transformação do primeiro em possuidor apenas da sua capacidade de trabalho, é a transformação do camponês em proletário. Quanto à riqueza, esta se concentra em sua totalidade nas mãos de uma classe dominante (Marx, 2005).

Numa perspectiva histórica, o Brasil aparece como continuação desta concentração de riqueza. Foi como colônia portuguesa que foi decretado no reinado de Dom João III, a lei das capitanias hereditárias que destinaram toda a parte da terra do território brasileiro pertencente a Portugal previsto no Tratado de Tordesilhas a um grupo de pequenos nobres portugueses que se apossaram do fator terra de forma vitalícia e que passariam tais posses para as suas gerações futuras pelas vias da hereditariedade. Sobre a formação de uma classe produtora direta, essa foi constituída por aborígenes e escravos africanos que conseguiram a liberdade em meados do século XIX com a Lei Áurea e se tornaram trabalhadores rurais ou urbanos que, a partir de 1950, devido à grande

concentração fundiária e escassas condições de reprodução social, se organizaram para pleitear uma reforma agrária no Brasil que modificasse a estrutura fundiária do país.

Nesse ínterim, o objetivo do presente trabalho é apresentar o desenvolvimento da discussão sobre reforma agrária no Brasil evidenciando os impasses desta e sua contingente eficiência no que se refere a modificação da estrutura fundiária e a melhoria das condições de reprodução social.

A pesquisa é em sua totalidade de cunho bibliográfico. Bibliografia essa que traz luz sobre as condições históricas, sociais e materiais que fundamentam o procedimento da concentração do fator terra nos países do Velho e do Novo-Mundo.

A bibliografia que evidencia com mais precisão a discussão sobre reforma agrária no Brasil é de produção acadêmica recente e está publicada em anais de eventos brasileiros que tratam com exclusividade o tema. Entre os autores que serão utilizados no presente trabalho podem ser citados o Mattei (2012) e Engelmann e Gil (2012).

02 A dialética histórica da Reforma Agrária brasileira

2.1 Do fim do Estado Novo de Vargas ao governo FHC

Antes de se discutir a questão agrária no Brasil é de primeira necessidade a apresentação do conceito de “Reforma Agrária” que em muito se diferencia das políticas de assentamentos que ganharam força no país a partir da segunda metade dos anos 1990. Em suma, reforma agrária significa uma mudança na estrutura fundiária de um país a partir da qual se conquista a democratização do uso da terra e a desconcentração desse fator por intermédio da desapropriação dos grandes latifundiários que possuem propriedades de grande dimensão. Sobre isso MATEI (2012, p. 07) analisa:

A reforma agrária significa uma modificação radical da estrutura agrária de um país, de tal modo que o acesso à terra seja democratizado e, conseqüentemente, contribua para melhorar o nível de distribuição da riqueza gerada pela população rural. Por isso, entende-se que a distribuição igualitária da propriedade da terra é um dos indicadores mais importantes para se medir o caráter democrático ou não de sociedades que se constituíram a partir de bases agrárias, como é o caso da sociedade brasileira.

No Brasil a discussão sobre as problemáticas agrárias se inicia a partir dos anos 1950 quando o país estava sob o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra que assume a presidência ainda em 1945 com a retirada de Vargas e o fim do período ditatorial conhecido como Estado Novo. Mas só é a partir de 1955, quando os movimentos sociais –especialmente, as Ligas Camponesas do Nordeste – começam a reivindicar a reforma agrária, que o movimento ganha corpo mais eminente.

É nos anos 1960, que se inicia sob a presidência de Juscelino Kubitschek, que tais movimentos passam a ter maior apoio político por alguns representantes sociais junto ao corpo político brasileiro. Um desses momentos foi durante a campanha para presidente da república ainda nos anos 1960, quando o candidato apoiado pela UDN Jânio Quadros é eleito, mas não consegue eleger o seu vice, sendo o vice do governo eleito pelo povo o candidato João Goulart que recebeu apoio do então ex-presidente JK e das fileiras progressistas da sociedade brasileira. Logo após a renúncia de Quadros em 1961, Goulart assume a presidência e, por não representar os interesses das oligarquias latifundiárias e industriais, tem os poderes limitados por um regime parlamentarista instituído antes de este assumir definitivamente o governo. Após convocar um plebiscito que colocaria o regime presidencialista em votação, este é obtido pelo voto da maioria da população. Instituído novamente o presidencialismo João Goulart tenta executar o Plano Trienal elaborado pelo então ministro do planejamento Celso Furtado. O Plano Trienal além de conter diagnósticos sobre a conjuntura econômica do país ainda propunha as chamadas Reformas de Base. Uma dessas reformas era a reforma agrária que pretendia modificar a estrutura fundiária do país e, com isso, reduzir o grau de desigualdade ampliando as condições de reprodução social dos trabalhadores rurais. Já nos primeiros meses de 1964 a reforma agrária foi anunciada e recebeu grande apoio da ala progressista, já a casta conservadora formada por grandes latifundiários, industriais e militares repudiaram com veemência esse comportamento. A ideia progressista aumentou ainda mais a insatisfação dos conservadores em relação ao governo Goulart, procedimento esse que alcançou seu ponto máximo na tomada do poder pelos militares em 31 de Abril de 1964. No governo militar, que durou aproximadamente 21 anos, foram negligenciadas reformas que viabilizavam maior bem-estar social para as classes menos favorecidas. Foi nesse período que houve a criminalização de movimentos que buscavam tais modificações na estrutura econômica do país. A forte repressão social na Ditadura Militar representou uma grande perda para os trabalhadores e ativistas rurais.

Com a redemocratização do país em 1985 a discussão sobre reforma agrária volta à tona a partir das pressões sociais de grupos organizados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Constituiu também para essa temática, a Constituição Federal de 1988 que assegura a expropriação de terras por parte do Estado desde que a primeira não esteja realizando a sua obrigação social: produzir. Foi também nos primeiros anos pós-redemocratização que foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) durante o governo Sarney, programa que pretendia assentar em torno de 1,4 milhão de famílias. Sem embargo, as alianças que o governo possuía com os grandes latifundiários penalizaram significativamente o sonho agrário sendo assentadas nesse período pouco menos de 85 mil famílias (Mattei, 2012). O Estado brasileiro em todos nesses contextos supracitados cumpre com eficiência a manutenção dos interesses da classe dominante.

O início dos anos 1990 foi marcado nos seus dois primeiros anos pelo governo de Fernando Collor. As políticas agrárias nessa época foram claramente negligenciadas. Uma prova disso foi a previsão de assentamento de apenas 500 mil famílias e a extinção do Ministério da Reforma Agrária em seguida. Outro fato que favoreceu tais decisões foi a onda neoliberal que se perpetuou desde o início da década, o que deixou claro que a reforma agrária não faria parte do leque de prioridades do governo. Após o impedimento do governo Collor em fins de 1992 o seu vice Itamar Franco assume a presidência da República, e anuncia um programa de reforma agrária que assentaria de início 80 mil famílias. No entanto, foram assentadas pouco menos de 23 mil famílias o que leva a conclusão de que no período que compreende os anos de 1990 a 1994 pouca importância foi dada às políticas agrárias (Mattei, 2012), o que significa dizer que a melhoria das condições de subsistência das classes rurais foi negligenciada.

Após a era Collor-Itamar Franco, assume a Presidência da República o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Fernando Henrique Cardoso. Desde o início do seu governo não esquadrinhava a reforma agrária apenas como uma forma de aumentar a produção agrícola, mas como um mecanismo de aumentar significativamente a produtividade dos trabalhadores rurais. Numa análise perfunctória, extrai-se que a política agrária proposta por Fernando Henrique Cardoso resultaria numa externalidade que proporcionaria melhores condições de subsistência para a classe formada pelos trabalhadores rurais. A avaliação da estrutura da legislação sobre a desapropriação de terras também foi efetuada nessa administração junto com uma reconstrução dos impostos que tributavam propriedades fundiárias. Segundo Mattei (2012) essas modificações serviram como ferramentas que substituiriam a perspectiva antiga da discussão fundiária por uma visão mais moderna de políticas públicas direcionadas para a sociedade como um todo o que fez o governo assumir o compromisso de assentar 283 mil famílias.

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) foi marcado por uma espécie de desilusão social onde a política agrária proposta não possuía mais um viés de desapropriação, mas uma reforma que permitia “o fluir” do neoliberalismo para as questões estruturais das condições materiais de produção social. Nesse sentido as políticas do segundo mandato de FHC foram marcadas pelas saídas mercantis que abandonaram por completo o verdadeiro significado da reforma agrária. Ganham notoriedade nesse período programas como o Banco da Terra e Cédula da Terra. Em síntese, o governo FHC como um todo não contribuiu eficientemente para a consubstanciação de uma reforma agrária plena dando continuidade às falhas tentativas já evidenciadas desde a redemocratização do país, tentativas essas que contribuíram para a tendência concentradora de terras existente no Brasil. Apesar da continuidade de tal tendência deve-se evidenciar que as políticas de assentamentos dos governos FHC I e II foram as que mais assentaram famílias desde a redemocratização até o final do seu segundo mandato, em 2002. Mattei (2012) sintetiza:

Em síntese, o período 1995-2002 foi marcado por grandes contradições sobre ações governamentais na esfera agrária. Enquanto o governo FHC afirmava estar fazendo a maior “reforma agrária do mundo”, dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, na década de 1990, aproximadamente 450 mil propriedades rurais, em sua maioria com áreas inferiores a 10 hectares, haviam desaparecido, confirmando a continuidade de tendência de concentração da terra no país e mantendo o paradoxo do problema agrário brasileiro.

2.2 A política agrária nos governos Lula e Dilma

Foi no final das eleições de 2002 que os movimentos sociais dilataram suas esperanças no que se refere a um novo começo de conquistas sociais e novas condições de vida. A vitória da chapa progressista formada pelo sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) como Presidente e por José Alencar do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como vice, parecia assumir um compromisso de ganhos significativos para as pautas sociais e, por isso, contou com um amparo de sobremodo significativo das massas rurais durante o seu governo que se inicia no ano de 2003.

Evidenciando os aspectos econômicos, o governo Lula I foi marcado por uma grande expansão na dinâmica comercial externa. A elevação dos preços das *commodities* garantiram ao Brasil ganhos reais significativos tanto no setor agrário exportador como na produção de petróleo que valorizou de sobremodo a estatal Petrobras. Por esses caminhos, entende-se que o primeiro mandato do presidente conta com a dinâmica do comércio internacional como aliada importante que irá influenciar as tomadas de decisões da administração pública.

No que se refere à reforma agrária, objetivava-se no governo Lula que este não daria prioridade adequada ao programa agrário inicialmente proposto pelo Partido dos Trabalhadores, sendo enfatizada uma melhor estruturação dos assentamentos já criados durante os outros governos. Como resultado dessa conduta, poucas inversões foram feitas na ação de desapropriação de novas áreas. Ainda no que no primeiro mandato do presidente Lula tenha sido aprovado o II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), não obstante esse plano foi mais usado no sentido de realização de novos assentamentos principalmente em áreas de grandes conflitos agrários e não propiciou uma plena reestruturação agrária no país, o que deu continuidade à perpetuação da estrutura fundiária existente até o aquele momento.

Uma explicação para essa modificação de postura pode ser esclarecida pela própria modificação do Programa Agrário do PT que mudou significativamente do primeiro programa

elaborado em 1989, para o segundo arquitetado em 2002. Engelmann e Gil (2012) lançam luz sobre essa modificação na seguinte contribuição:

Ao analisarmos o Programa Agrário do PT de 1989, percebe-se que este propõe a realização da reforma agrária para eliminação da concentração da terra e desenvolvimento da agricultura e da economia: “A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, (...), romper o monopólio da terra e lançar as bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira.” (*Programa Agrário do PT*, 1989, apud ENGELMANN, 2012, p. 05)

Já no Programa Agrário de Campanha de 2002, o PT passa a considerar a reforma agrária como uma política para o desenvolvimento rural, baseada em desapropriação de terras improdutivas; conciliada a produção de alimentos para combate a pobreza e a recuperação dos assentamentos, com infra-estrutura social, econômica, assistência técnica e créditos agrícolas. (*Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT*, 2002, apud ENGELMANN, 2012, p. 05).

Por essa perspectiva pode-se entender que o novo programa agrário do PT busca solucionar principalmente os problemas relacionados ao combate à pobreza e a fome, onde se pode citar como exemplo o programa Fome Zero. Sendo assim, a reforma agrária passa a ser vista como uma alternativa estruturante para assegurar o direito à alimentação da população brasileira, perdendo-se de vista o verdadeiro sentido da reforma: a democratização do fator terra que resulta numa redução das desigualdades sociais através da desconcentração da estrutura fundiária. A continuidade desse pensamento durante os oito anos do governo Lula fez com que a política agrária deste mantivesse uma estrutura agrária com grandes latifundiários e uma desigualdade social evidente a qualquer ótica.

Segundo Fernandes (2012) a reforma agrária durante o governo Lula – entendido por alguns autores como pós-neoliberal – acontece, porém de forma parcial. A não totalidade da reforma agrária brasileira nesse período é impossibilitada por questões estruturais que, segundo o autor, foram negligenciadas pelo governo. São elas: a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo e a insuficiência de políticas públicas de desenvolvimento para a agricultura camponesa. Ao se tratar da subalternidade do campesinato ao capitalismo, o autor chama a atenção para a hegemonia do agronegócio que, segundo ele, é derivado do modelo norte-americano denominado de *agribusiness* que é o trabalho em conjunto dos sistemas agrícolas, pecuário, industrial, financeiro e também tecnológico. Seguindo as veredas do *agribusiness* o agronegócio aparece como o a expressão capitalista da modernização agrícola que vem se apropriando dos latifúndios e das terras do campesinato. Apesar disso, o agronegócio é a principal força drenadora dos créditos destinados à produção agrícola (85%) suscitando a baixa disponibilidade de crédito para a agricultura familiar. Sendo assim, a hegemonia do agronegócio, o

agribusiness à brasileira, é percebida como uma grande barreira à realização da reforma agrária, pois tal modelo não admite a democratização da terra já que esta ameaça os interesses dos grandes latifundiários que se empenham cada vez mais na radicalização do modelo agroexportador logrando ao campesinato uma vida de subalternidade ao capital (FERNANDES, 2013). Por essas vias de pensamento pode-se enxergar que a principal falha do governo Lula, no que diz respeito à reforma agrária, foi não ter declarado uma guerra institucional contra a hegemonia do agronegócio no território agrícola brasileiro.

Ainda com esses descaminhos os governos Lula I e II conseguiram assentar um número considerável de famílias que se aproximou de 519 mil. Sem embargo, um dos grandes problemas desses assentamentos é a falta de estrutura existente nestes e os solos que muitas das vezes se encontram exauridos pelo intenso uso passado. Tais causas têm levado a um grande número de evasões dos assentamentos, expondo assim a despreocupação dos governos com a preparação das condições de reprodução social desses indivíduos que vivem à margem de uma vida digna por não possuírem uma parcela de terra capaz de produzir os meios de subsistência indispensáveis para lhes garantirem a sua perpetuação enquanto classe e enquanto seres emancipadores de si mesmos. A **(Figura 01)** apresenta a área desapropriada, as famílias beneficiadas e o número de assentamentos no período 2003-2015.

Ano	Área (há)	Famílias	Assentamentos
2003	4.526.137,53	36.301	320
2004	4.687.393,13	81.254	454
2005	13.437.557,70	127.506	869
2006	9.237.948,56	136.358	672
2007	5.747.067,64	67.535	389
2008	4.143.245,69	70.157	331
2009	4.633.822,00	55.498	299
2010	1.878.007,52	39.479	210
2011	1.902.883,90	22.021	109
2012	322.314,14	23.075	117
2013	315.573,91	30.239	132
2014	415.436,38	32.019	145
2015	206.541,97	26.335	81
Total	51.453.930,07	747.777	4.128

Figura 01: Números de assentados, famílias e área (2003-2015)

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no INCRA (2016)

Apesar dos avanços em relação a períodos anteriores, os governos Lula, mesmo sendo de viés progressista e tendo contribuído significativamente com a melhoria da educação do país junto com a retirada de muitas famílias da linha da pobreza, não conseguiu implantar uma reforma agrária plena com desapropriação de terras que não cumprem a sua função social. A última presidente do PT, Dilma Rousseff, também deu continuidade a essa política de assentamentos que não reestruturam a situação agrária apesar de ter mantido gastos públicos que garantiram a manutenção de programas sociais. Sendo assim – quanto ao comportamento do Estado – conclui-se que a estrutura estatal brasileira ainda teme o enfrentamento direto junto a classe dominante seja por razões de composição política ou razões econômicas, o que significa que o Estado atua como gestor dos interesses apenas da parte dirigente desse elenco coletivo denominado de sociedade.

3 Considerações finais

As desigualdades sociais resultantes da má distribuição de fatores não necessariamente podem ser apontadas como causa do advento do capitalismo. Como foi observado no decorrer do trabalho, as antigas formas de propriedade já fomentavam certo grau de concentração de fatores, o que contribuiu para o surgimento para o futuro de uma classe desprovida de meios de produção.

Os primeiros fatores que surgiram como propriedades privadas comunitárias foram a terra e o trabalho, sendo este último evidenciado na forma de propriedade conhecida por escravista. Com o contínuo desenvolvimento das forças produtivas que culminariam na forma da propriedade feudal a terra passa ser um fator de extrema importância para a reprodução social dos indivíduos daquele período. É nessa época onde o antigo escravo aparece na forma de camponês, produtor direto do modo de produção vigente, e que detém uma parcela de terra que produz os seus meios de subsistência.

É com o advento do capitalismo que há a total separação entre o produtor direto e os seus meios de produção. Um exemplo analisado no texto foram as expropriações de terras camponesas na Europa que transformaram o camponês em um ser que possui apenas a sua capacidade de trabalho que pode ser comercializada no mercado como qualquer mercadoria. Esse processo ficou conhecido como Acumulação Primitiva, que lançou os fundamentos da produção propriamente capitalista e concentrou a estrutura fundiária europeias nas mãos de uma burguesia nascente.

É com esse intuito concentrador e cumulativo, no que se refere a riqueza, que a coroa portuguesa passa a nomear os proprietários das terras brasileiras através da lei das capitanias hereditárias. Essa estruturação fundiária dar origem à concentração de terras que persiste até hoje no Brasil.

A discussão agrária no Brasil só ganha forma e força no período que compreende entre os anos 1950-1960, momento em que o país passa por violentas modificações políticas e sociais. Como exemplo pode-se citar o golpe de 1964 que retirou Goulart da presidência e abandonou completamente a causa agrária do país e ainda criminalizou os movimentos sociais que divergiam do sistema.

Do período que vai da redemocratização do Brasil até o governo Dilma I percebe-se grandes desvios do que realmente se pode chamar de reforma agrária. Os assentamentos que se observam desde Sarney nunca modificaram verdadeiramente a estrutura fundiária do país apesar do PNRA

elaborado no seu governo. Foi observado que, no que se refere as políticas de assentamentos, os governos FHC I, II e Lula I, II foram os mais significativos. Juntos, esses governos conseguiram assentar mais de 1,2 milhão de famílias. Tomando os governos do PT de Lula I até Dilma I observou-se mudanças nas propostas agrárias devido à modificação do Programa Agrário do partido. Para fins de análise, foi observado que todos os governos pós-redemocratização, inclusive o período PT, foram incapazes de enfrentar a burguesia e garantir uma reforma agrária plena. Sejam por questões políticas ou econômicas, o comportamento do Estado contribuiu amplamente para a manutenção da estrutura agrária concentradora que o país possui hoje.

Referências Bibliográficas

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral – Volume Único**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ENGELMANN, Solange I.; GIL, Aldo Duran . A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, v. 02, p. 01-09, 2012.

FERNANDES, Bernardo Maçano. “A reforma agrária que o governo Lula fez e a que deve ser feita”. SADER, Emir (Organizador). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO BRASIL, 2013.

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária. 2016. Disponível em <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2016.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2005.

MATTEI, Lauro Francisco. A Reforma Agrária Brasileira: Evolução das famílias assentadas no período Pós-Redemocratização do País. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v. 1, p. 301-325, 2012.

SADER, Emir (organizador). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO BRASIL, 2013